

Colonização, patriarcado e racismo: uma análise feminista e antirracista de um Brasil oculto e pungente

Mirla Cisne Alvaro¹

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar, em uma perspectiva feminista e antirracista, a acumulação primitiva no desenvolvimento desigual e combinado do capital, no período de colonização brasileira, com ênfase na escravização. Para tanto, realizei pesquisa bibliográfica, orientada pelo materialismo-histórico-dialético. Parti da análise da imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe na formação brasileira, para compreender que há funcionalidade material da divisão sexual e racial do trabalho e apropriação de corpos e vidas de mulheres escravizadas ao desenvolvimento desigual e combinado do capital. Conclui-se que as marcas de dependência e desigualdade social, são mediadas, estruturalmente, pelo racismo e patriarcado.

Palavras-chave

Colonização; Brasil; Mulheres escravizadas; Divisão sexual e racial do trabalho.

Colonization, patriarchy and racism: a feminist and anti-racist analysis of a Hidden and poignant Brazil

Abstract

The objective of this article is to analyze, from a feminist and anti-racist perspective, primitive accumulation in the uneven and combined development of capital, during the Brazilian colonization period, with an emphasis on slavery. To this end, I carried out bibliographical research, guided by historical-dialectical materialism. I start from the analysis of the overlapping of social relations of sex, race and class in the Brazilian formation, to understand that there is material functionality of the sexual and racial division of work and the appropriation of bodies and lives of women enslaved to the unequal and combined development of capital. It is concluded that the marks of dependence and social inequality are structurally mediated by racism and patriarchy.

Keywords

Colonization; Brazil; Enslaved women; Sexual and racial division of work.

Artigo recebido em fevereiro de 2024

Artigo aprovado em abril de 2024

Introdução

Brasil, o teu nome é Dandara E a tua cara é de cariri
Não veio do céu Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de Aracati
Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo Brasil,
chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês²

A colonização não pode ser entendida apenas como um interesse comercial. Ela envolve um processo violentamente desumanizador sobre pessoas que foram traficadas e/ou apropriadas. Roubadas de suas famílias, cultura, territórios e de si mesmas, as pessoas que foram escravizadas não se tornaram apenas mercadorias, mas coisa a serviço do outro em detrimento das suas próprias vidas. Refiro-me a construção de uma cultura opressora que ignora a humanidade do ser social ao passo que o desumaniza com a mais vil brutalidade.

Seria, pois, a colonização um processo civilizatório? Ao contrário, penso a colonização como um projeto de barbárie, extorsão e desumanização que provoca, ainda nos dias atuais, sofrimentos diversos à população negra e indígena. Como elucida Fanon:

[...] começo a sofrer por não ser um branco na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, extorque de mim todo o valor, toda originalidade, diz que eu parasito o mundo, que preciso o quanto antes acertar o passo com o mundo branco [...] (Fanon, 2020, p. 112)

O sofrimento provocado pela colonização no processo de acumulação primitiva não foi superado, uma vez que estruturou com violência relações sociais racistas, ainda perpetuadas. Segundo Silvia Federici:

[...] a violência foi a principal alavanca, o principal poder econômico no processo de acumulação primitiva, porque o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada

pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando (Federici, 2017, p. 121).

Nesse mesmo sentido, ressalta Marx:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o exterminio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva (Marx, 1984, p. 285).

Na América do Sul como um todo, houve um verdadeiro “holocausto”, como descreve Federici (2017, p. 166):

Os europeus haviam trazido morte à América. [...] De acordo com David Stannard (1992), no século que se seguiu à Conquista, a população caiu em torno de 75 milhões na América do Sul, o que representava 95% de seus habitantes (1992, pp. 268-305). Esta é também a estimativa André Gunker Frank, que escreveu que, “em menos de um século, a população indígena caiu cerca de 90%, chegando a 95% no México, no Peru e em outras regiões” (1978, pp.43). [...] Em 1580, “as doenças [...] somadas à brutalidade espanhola, haviam matado ou expulsado a maior parte da população das Antilhas e das planícies da Nova Espanha, do Peru e do litoral caribenho” (CROSBY, 1972, p.38) e logo mais acabariam com muitos mais no Brasil.

O projeto colonizador expropriador do capital impôs violências atrozes, explícitas na escravização de negros(as) e indígenas, em particular na América Latina. No Brasil, o de tráfico de seres humanos, conhecido como “tráfico negreiro”, iniciou-se em 1550, mas, segundo Lélia Gonzalez (2020, p. 49), já existiam “africanos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar brasileiras. E já no final do século XVI os escravos [sic] constituíam a maioria da população da nova colônia portuguesa”.

Neste artigo, irei traçar algumas reflexões crítico-feministas e antirracistas sobre a colonização do Brasil, dando ênfase ao processo de apropriação dos corpos e vidas de mulheres indígenas e africanas. O objetivo é analisar, em uma perspectiva feminista e antirracista, a acumulação primitiva no desenvolvimento desigual e combinado do capital, no período de colonização brasileira, com ênfase na escravidão. Para tanto, recorri a uma pesquisa bibliográfica, de tipo qualitativa, com base em autores(as) estudiosos(as) das relações étnico-raciais e patriarcais, com destaque para Clóvis Moura, Heleith Saffioti, Florestan Fernandes, Abdias Nascimento e Lélia Gonzales. O método de análise que nos orienta é o materialismo-histórico-dialético, por possibilitar uma análise não idealista da história e uma investigação para além da aparência do objeto, como elucida Netto:

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (2011, p. 22).

Para a dialética materialista a relação entre estrutura e superestrutura é uma premissa para as necessárias sínteses sobre o objeto investigado. Por isso, a investigação se deu na busca de superar as limitações tanto economicistas como idealistas, na estreita e dialética articulação entre as relações materiais e suas expressões ideoculturais.

Para Lukács (2003, p. 76), somente com a integração dos diferentes fatos sociais numa **totalidade**, “é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da **realidade**”. Complementa o pensador húngaro: “Esse conhecimento parte daquelas determinações simples, puras, imediatas e naturais (no mundo capitalista) [...] para alcançar o conhecimento da totalidade concreta enquanto repro-

dução intelectual da realidade" (LUKÁCS, 2003, p. 76). Logo, a investigação do objeto numa perspectiva de totalidade é uma premissa para o método aqui adotado, afinal,

Os fatos são conhecimento da realidade se compreendidos como fatos de um todo dialético [...]. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si (KOSIK, 2002, p. 44).

Nessa orientação, busco, em uma perspectiva de totalidade, a essência do objeto, no caso em tela, a particularidade da colonização brasileira para as mulheres escravizadas. Assim, a análise do objeto de investigação não deve ocorrer de forma isolada, focalizada ou fragmentada da totalidade social, mas no movimento dinâmico das relações sociais estruturais de classe, raça e sexo, identificando suas múltiplas determinações, contradições, mediações e suas expressões/implicações na realidade concreta. Nesse sentido, a pesquisa orientou-se pela perspectiva de totalidade, "já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resultado de todo o passado" (GRAMSCI, 1995, p. 40).

É importante destacar que este artigo é parte dos resultados obtidos com a pesquisa financiada pelo CNPq, com bolsa produtividade, intitulada: MULHERES NEGRAS E INDÍGENAS NO PERÍODO COLONIAL: legados de lutas e resistências de um Brasil oculto. A pesquisa sobre mulheres na história do Brasil é desafiadora em decorrência da invisibilização, desvalorização e mesmo desconsideração das particularidades das mulheres na formação do país, o que reflete também, nas parcas produções com um viés feminista sobre a nossa

história. Tanto o é, que sempre se fala de “pensadores” brasileiros. Onde estariam as pensadoras brasileiras? Quando se reflete sobre o Brasil, pensa-se na história das mulheres e nas mulheres fazendo e escrevendo história? Essas inquietações me fizeram tentar buscar algumas respostas, desocultar histórias, dar visibilidade a particularidade das mulheres na formação sócio-histórica e econômica de um Brasil oculto para negras e indígenas.

No primeiro momento do artigo, após esta introdução, dissero sobre a ordem racista-patriarcal do Brasil escravizado, como uma condição para o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo; no segundo momento, abordo sobre a divisão sexual e racial do trabalho e a apropriação dos corpos e vidas das mulheres escravizadas.

Espero que este artigo contribua com o entendimento crítico (feminista e antirracista) da formação socio-histórica e econômica do Brasil, ao considerar a violência colonizadora sobre mulheres negras e indígenas, tão frequentemente desconsideradas e invisibilizadas na nossa história, o que torna esse Brasil patriarcal, racista e elitista oculto na história oficial, ainda que ele seja pungente na pele negra e indígena, especialmente, das mulheres.

A ordem racista-patriarcal do Brasil escravizado: condição para o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo

“[...] muitos europeus vão para as colônias porque nelas têm a possibilidade de enriquecer em pouco tempo e que, salvo raras exceções, o colonialista é um comerciante, ou melhor, um traficante [...]” (FANON, 2020, p.121)

A análise crítica do processo de escravização moderna, no Brasil, é fundamental para o entendimento crítico do projeto capitalista, como uma “consequência dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil” (MOURA, 2014, p.75). Para Clóvis Moura (2014, p.87), a escravidão moderna “surgiu como um elemento constitutivo inicial do capitalismo”. Isso ocorreu quando:

[...] os setores detentores do poder econômico aplicavam os seus excedentes, as suas reservas monetárias, numa empresa comercial que se expandia através do domínio de uma área – África – na qual buscava mercadoria para a venda; e da exploração de outras áreas – Brasil, Antilhas, países outros da América do Sul – que consumiam a mercadoria que elas levavam: o escravo [sic] (Idem).

Os interesses colonizadores revelam que a raiz da determinação do escravismo não foi de ordem ideológica, mas material. Não que tais dimensões (ideológica e material) sejam incompatíveis, pelo contrário, sabe-se que a ideologia racista foi e é absolutamente funcional à naturalização e perpetuação da desigualdade étnico-racial. É importante destacar, porém, que como toda ideologia dominante, o racismo assenta suas bases em relações materiais.

Seguir a linha de investigação de como o Brasil forjou o modo de produção escravista, associada à análise do projeto colonizador dos países, é um caminho importante para compreensão crítica da acumulação primitiva, um fenômeno que, por sua vez, precisa ser analisado no “desenvolvimento desigual e combinado do capital” (MARINI, [1973] 2005). Afinal, como assevera Clóvis Moura, “a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles (MOURA, 2014, p.87).

Esse modelo de “desenvolvimento desigual e combinado do capital” é indissociável do “subdesenvolvimento”, o que historicamente estrutura a desigualdade e dependência entre as nações, internacionalmente, com domínio e superexploração dos países centrais sobre os periféricos. Foi nessa perspectiva que, de acordo com Ruy Mauro Marini ([1973] 2005), a América Latina se desenvolveu na estreita relação com a dinâmica internacional do capital, forjando-se:

[...] no calor da expansão comercial promovida no século 16 pelo capitalismo nascente. [...] Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um pri-

meiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria (MARINI ([1973] 2005), p. 140).

O fenômeno do “desenvolvimento desigual e combinado” guarda, portanto, uma contradição dialética ineliminável na ordem do capital, a produção e acumulação de riqueza para uns (poucos) às custas do sofrimento, genocídio, escravidão, exploração, apropriação e expropriação de povos e nações. Dialética essa mediada por violências raciais e sexuais. Por isso, para Lélia Gonzalez (2020, p. 25), esse fenômeno:

[...] remete a fatores que, funcionando como limites internos e externos, acabam por emperrar a dinâmica do sistema. A formação de uma massa marginal, de um lado, assim como a dependência neocolonial e a manutenção de formas produtivas anteriores, de outro, vão constituir os fatores acima citados.

Como também explica Rosa Luxemburgo (1970), o processo de acumulação do capital é realizado entre o capital e formas de produção não capitalistas, em um cenário mundial. Segundo a revolucionária:

[...] os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. **Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão, a rapina.** [...] os dois aspectos da acumulação do capital acham-se ligados organicamente pelas condições de reprodução do capital, e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital (LUXEMBURGO, 1970, p. 398; grifo nosso).

Na particularidade brasileira, a ordem social escravista-senhorial foi “condição *sine qua non*, do difícil e demorado processo de constituição de uma etapa superior da economia capitalista brasileira” (SAFFIOTI, 2013, p. 217). Nesse mesmo sentido da funcionalidade da escravidão para o desenvolvimento capitalista no Brasil, ressalta Abdias Nascimento:

O papel do negro escravo foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo [sic] a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquele colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava as mãos e os pés das classes dirigentes que não se autodegradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal. A nobilitante ocupação das classes dirigentes – os latifundiários, os comerciantes, os sacerdotes católicos – consistia no exercício da indolência, o cultivo da ignorância, do preconceito, e na prática da mais licenciosa luxúria (NASCIMENTO, 1978, p. 49)

É válido ressaltar que para o capitalismo se consolidar como modo de produção, a força de trabalho “livre”/assalariada é uma condição, porém, a utilização da força de trabalho escravizada foi necessária para a sua constituição. Como explica Saffioti (2013, p. 209-210):

Os três séculos e tanto de escravidão negra no Brasil constituíram, assim, o marco inicial de constituição de uma estrutura econômica que, em estágios posteriores, ganharia novas determinações capitalistas. Se, de um lado, a utilização da força de trabalho escrava se vai tornando progressivamente incompatível com a constituição de uma economia capitalista plenamente desenvolvida e se absorve um certo montante de capital fixo, cuja realização no produto do trabalho se faz de modo lento e fragmentário, de outro, é preciso considerar que há, na produção escravista, um sobretrabalho que se apropria o empresário, excedente de trabalho este que, dada a sua magnitude, não é consumido como renda pelo capitalista. [...] mais-valor criado pelo trabalho escravo permitia a reinversão de capital e, portanto, a acumulação.

Em outras palavras, a “utilização da força de trabalho escravizada nas colônias constituía o meio adequado a fim de se levar avante o processo da acumulação originária” (SAFFIOTI, 2013, p. 207). Assim, embora a força de trabalho escravizada/cativa não participasse diretamente das relações produtivas capitalistas, estava a ela submetida. De tal forma que, “a presença atual, em diferentes expressões do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último” (GONZALEZ, 2020, p.26).

O processo de estruturação do racismo, das divisões étnico raciais que passaram a estruturar as relações sociais no Brasil para sustentar a implementação do escravismo, desde o período colonial, foram dialeticamente acompanhadas pela construção do patriarcado, conformando uma dinâmica particular “para a formação das classes sociais no país. Aqui, não podemos falar em escravismo sem patriarcado e patriarcado sem escravismo, na singularidade de um país que sofreu uma colonização estruturada por um regime escravista patriarcal (CISNE; SANTOS, 2018, p.101)”.

O patriarcado é entendido, em síntese, como um sistema de dominação-exploração sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2004). Nesse mesmo sentido, explica Christine Delphy (2009, p.174), “‘patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkē* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai”. Esse sistema, porém, não se limitou a autoridade do pai, mas, estendeu-se à dominação masculina. Em poucas palavras, o patriarcado “designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 171).

Na particularidade da história da formação brasileira, o patriarcado se estabeleceu como

[...] uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão de obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava (AGUIAR, 2000, p. 308).

Na formação brasileira, portanto, não há como prescindir do patriarcado, assim como do racismo, para compreender a dinâmica das relações sociais estruturais que historicamente deram e dão suporte ao sistema atual, o capitalismo. Aqui cabe ressaltar a importância de se particularizar o capitalismo, ou seja, ele não é igual em todos os países.

No Brasil, a construção do racismo e do patriarcado – como estruturais às relações sociais de um capitalismo dependente – torna a desigualdade ainda mais intensa. Florestan Fernandes já alertava que “o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e ‘envenenado’. [...] Ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que agrava o subdesenvolvimento relativo” (FERNANDES, 1981, p. 272). O capitalismo dependente e subdesenvolvido no Brasil “tende a introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos” (FERNANDES, 1981, p. 276). É preciso evidenciar que essa “dependência e subdesenvolvimento” do capitalismo brasileiro são estruturalmente mediadas pelas relações patriarcais de sexo e raça, que se imbricam com a formação das classes sociais.

Ressalto, pois, que os antagonismos de classes são historicamente/estruturalmente mediados pelas relações sociais de sexo (patriarcais) e étnico-raciais. Não é à tóia, por exemplo, que “os mais baixos níveis de participação na força de trabalho, ‘coincidentemente’, pertencem exatamente às mulheres e à população negra”. Assim, as relações sociais de sexo, raça e classe se fundem entre si, formando

um “novelo” simbiótico denominado “sistema patriarcal-racista-capitalista” (SAFFIOTI, 2004) que, na particularidade brasileira, é “envenenado” pelo signo da dependência e da construção de uma cultura patriarcal-senhorial-racista.

Divisão sexual e racial do trabalho e apropriação de corpos e vidas de mulheres racializadas no Brasil

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

Ao tentar me debruçar um pouco sobre aspectos do Brasil colonial, como mulher feminista e antirracista, muitas inquietações vêm à mente. A escravização foi igual para homens e mulheres? Como nossos corpos e vidas foram apropriadas? Por que nos tornaram amas de leite e não nos permitiram amamentar nossos filhos(as)? A quem nossos corpos serviram? Houve resistência às violências e violações praticadas pelo projeto colonizador escravista e patriarcal? Quem foram essas mulheres? Quem são nossas ancestrais? Onde e como começou o patriarcado e o racismo no Brasil? Por óbvio, não tenho a menor pretensão de responder individualmente a essas perguntas, mas apenas lançar algumas reflexões.

Ângela Davis também oferece importantes chaves analíticas ao problematizar a particularidade das mulheres na história, particularmente no processo de escravização que consolida o racismo e o sexism de maneira imbricada, definitivamente, a escravização não foi igual para homens e mulheres:

Como mulheres, as escravas eram inherentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutila-

ções, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 26).

Sobre o corpo das mulheres negras e indígenas, pesou o controle e o interesse econômico dos seus “senhores”, que se apropriaram dessas mulheres para fins de satisfação de seus desejos sexuais e de seus filhos, como para reprodução de mais mercadoria (força de trabalho) por meio da violência sexual (estupros), além de elas próprias também terem seu trabalho apropriado. Então, foi sob o signo da violência sexual, da apropriação dos corpos e da superexploração do trabalho desvalorizado das mulheres racializadas que as relações patriarcais e racistas passam a estruturar uma história de profunda desigualdade social e econômica no Brasil, inclusive, na organização e divisão (social, sexual e racial) do trabalho.

Para entender a particularidade das mulheres na história, é fundamental considerar a análise da divisão sexual e racial do trabalho associada a construção de um sistema patriarcal-racista-capitalista, que além de explorar diferenciadamente a força de trabalho, segundo o sexo e a raça, ainda mercantiliza, desvaloriza, coisifica e violenta os corpos de mulheres negras e indígenas.

Sobre a divisão sexual do trabalho, categoria central para análise das desigualdades entre os sexos (CISNE, 2014), é fundamental entender que ela não se desenvolve natural ou espontaneamente, muito menos que corresponde a uma complementariedade e reciprocidade entre homens e mulheres. Trata-se, como explica Tabet (2005), de uma relação de domínio. Para Paola Tabet, com quem concordo, a divisão sexual do trabalho “**não é neutra e sim orientada e assimétrica**” (TABET, 2005, p. 63; destaque da autora; tradução nossa³). Dessa forma, a divisão sexual do trabalho, possui determinações sociais e atende a interesses, uma vez que é marcada por hierarquia e assimetria, ou por que não dizer, pela desigualdade estrutural entre os sexos.

Concordamos com Tabet (Idem) ao afirmar que a divisão sexual do trabalho expressa “as relações de classe entre os dois sexos, ainda antes das definições ideológicas que acompanham as tarefas em si (como, por exemplo, a valorização das atividades masculinas)” (Tradução da autora⁴).

Com a emergência do capitalismo, a divisão sexual do trabalho “sujetou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres” (FEDERICI, 2017, p.146). A divisão sexual do trabalho, radicada numa separação entre a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho – sendo a primeira considerada uma esfera masculina e a segunda feminina –, “tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado” (Idem). Em outras palavras, esse trabalho remunerado pode-se ler como feminino, desvalorizado.

Federici (2017, p. 146), ainda, chama atenção para entender que a desvalorização do trabalho reprodutivo, considerado feminino, “foi um desastre também para os homens trabalhadores, pois a desvalorização do trabalho reprodutivo inevitavelmente desvalorizou o seu produto: a força de trabalho”.

Assim como o patriarcado se assenta estruturalmente na divisão sexual do trabalho, o racismo se assenta na divisão racial do trabalho. A raça, em particular,

[...] está relacionada principalmente ao aspecto subordinado de reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multiraciais em que as relações de produção capitalistas – ou outras relações de produção, no caso – são as dominantes (HASENBALG *apud* GONZALEZ, 2020, p. 34).

O racismo opera “condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2019, p. 64). Por isso, “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de “raça” e de gênero (ÁVILA, 2011, p. 65)”. Assim, insistimos na premissa de que a classe é estruturada e mediada pelas relações étnico-raciais e de sexo.

Por outro lado, o racismo e o patriarcado não se esgotam nas relações econômico-estruturais. Ambos contam com ideologias dominantes voltadas à naturalização das desigualdades de sexo e raça. Em concordância com Gonzalez (2020), entendo que o racismo [e o patriarcado] não se limitam a uma questão econômica, sob o risco de se cair no economicismo, por isso, é importante também reconhecer a construção de uma cultura e uma ideologia racista e patriarcal, ou seja, de uma “injustiça social” que tem por objetivo a reprodução/perpetuação da desigualdade socioeconômica.

Para Lélia Gonzalez (2020, p. 42), é o racismo cultural “que leva tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa”.

Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos (HASENBALG *apud* GONZALEZ, 2020, p. 34).

Como explicita Lélia Gonzalez (2020, p. 35), “o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua

eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas". Nesse sentido, o racismo "é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social" (Idem). Dito de outra maneira, o racismo implica materialmente na divisão racial do trabalho de maneira que

[...] enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implica, as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas (GONZALEZ, 2020, p. 35).

As marcas do subdesenvolvimento no Brasil, resultantes de um capitalismo desigual e combinado foram e são, portanto, ainda mais intensas e perversas sobre os corpos das mulheres negras. Para Mirla Cisne e Silvana Santos (2018, p. 100):

O entendimento da exploração de classe no Brasil, portanto, não pode desconsiderar a exploração da população negra e indígena na economia colonial do país, desenvolvida pelo trabalho forçado e relações de apropriação sobre o corpo e a vida desses povos, destacada e diferenciadamente sobre as mulheres que, além do trabalho forçado, tiverem seus corpos apropriados para exploração sexual.

Essa história de violência e apropriação sobre as mulheres negras e indígenas não se encerrou com a abolição da escravidão, ela se perpetua com novas roupagens. A exploração e violência sexual contra a mulher negra, por exemplo, não foi superada com a abolição. De acordo com pesquisa realizada em 2020, pelo Instituto Patrícia Galvão e Instituto Locomotiva, 56% das vítimas de estupro no Brasil, são negras, 36% são brancas e 8% outras raças/etnias⁵.

Ao associar a divisão racial do trabalho com a divisão sexual e a desvalorização das mulheres, percebe-se que às mulheres negras restam os trabalhos mais precarizados, informais e mal remunerados. De acordo com o IBGE⁶, em 2023, apenas 44% (22,1 milhões) das mulheres negras estavam empregadas, permanecendo nas posições de trabalho mais precárias e com salários menores que brancos e homens negros. Também, de acordo com pesquisa realizadas pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), no primeiro trimestre de 2023, a remuneração média das mulheres negras equivale a 48% do que homens brancos ganham e 62% do que as mulheres brancas recebem⁷.

Na atualidade brasileira, portanto, o “sexismo e racismo são questões políticas, que fazem parte da nossa vida, do dia a dia das que procuram emprego, vão a hospitais ou postos de saúde, aboram escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 288). Como exemplos da persistência do sexismo e do racismo, Souza-Lobo destaca alguns anúncios reais de emprego registrados no Sistema Nacional de Empregos (SINE), em São Paulo:

Procura-se:

Secretária com um ano de experiência, 1º grau completo, hiperbonita para trabalhar com diretor de firma.

Repcionista com boa apresentação, boa aparência, que não seja de cor, nem japonesa.

Engenheira civil feminina, recém-formada e japonesa.

Faxineira magra e esperta.

Cozinheira que não seja gorda (SOUZA-LOBO, 2011, p. 287).

Essa persistência do patriarcado e do racismo na sociedade brasileira é facilitada pela ideologia racista que além de naturalizar o racismo, folcloriza e distorce a cultura negra brasileira, gerando uma crença de uma pseudo democracia racial, como no ensina Lélia Gonzalez, a

[...] exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além do lucro, se traduz em imagem internacional favorável para a “democracia racial brasileira” (GONZALEZ, 2020, p. 44).

A construção do mito da democracia racial no Brasil, fundamenta-se na “ideologia do branqueamento”, “como pano de fundo dos discursos que exaltam o processo da miscigenação como expressão mais acabada de nossa ‘democracia racial’” (GONZALEZ, 2020, p.33). Vale lembrar que

Para a solução deste grande problema – a ameaça da "mancha negra" – já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante, mencionados anteriormente. O crime de violação e de subjugação sexual cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal ao longo das gerações (NASCIMENTO, 2016, p. 83).

É com base nessa ideologia idílica da miscigenação que se construiu o “mito da democracia racial” no Brasil, “enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil” (GONZALEZ, 2020, p. 38). Esse mito oculta o Brasil racista, assim como a ideologia patriarcal oculta e naturaliza as violências e desigualdade contra as mulheres.

Na história do Brasil colonizado, mulheres escravizadas, negras e indígenas, resistiram, rebelaram-se e também escreveram a história de luta deste país, por mais que a história oficial teime em ocultá-las e os “pensadores” brasileiros, em sua grande maioria, as desconsiderem. Muitos desses “pensadores” trataram o Brasil no masculino, com uma visão idílica e machista, típica da branquitude. Ao

escreverem sobre a miscigenação no Brasil, ignorando as violências, apropriações e estupros sobre os corpos das mulheres escravizadas, como o fez, por exemplo, Gilberto Freyre (2006), em *Casa Grande e Senzala*. Como explica enfaticamente Lélia Gonzalez (2020, p. 33), “Gilberto Freyre, ideólogo oficial das relações raciais no Brasil, chega a apontar para a formação de uma metarraça brasileira, escamoteando, desse modo, a questão geral da discriminação e, em particular, a exploração sexual da mulher negra”.

Esse processo de escravização não se deu, porém, sem resistências. Gonzalez em referência a pesquisa de Maria Beatriz Nascimento – uma historiadora negra que se dedica à história da formação dos quilombos –, afirma que

[...] já em 1559 se tem notícia da formação dos primeiros quilombos, essas formas alternativas de sociedade, na região das plantações de cana do Nordeste. E os quilombos existiram em todo o país como a contrapartida, o modo de resistência organizada do povo negro contra a exploração de que era objeto (GONZALEZ, 2020, p. 51).

Uma grande referência dessa capacidade de resistência negra foi a construção no Brasil colonial do “Primeiro Estado livre de todo o continente americano”, que embora a história oficial não o reconheça como tal, constituiu-se como uma “denúncia viva do sistema implantado pelos europeus no continente. Estamos falando da República Negra de Palmares que, durante um século (1595-1695), floresceu na Capitania de Pernambuco” (GONZALEZ, 2020, p. 51).

Em particular, pode-se também afirmar que houve resistência das mulheres escravizadas, que estiveram sujeitas não apenas ao trabalho escravizado, como também à violência sexual. Segundo Cisne e Inael (2022, p.199):

Mesmo diante do contexto de intensa apropriação e opressão, as cativas desafiaram o regime escravista. Foram símbolos de luta e forjaram ações de combate às estruturas dominantes. Identifi-

ficamos mulheres que participaram ou mesmo lideraram rebeliões, organizando fugas e impondo resistência, que foram fundamentais na organização quilombola, como Adelina, Luiza Mahin, Aqualtune, Acotirene e Dandara. Mulheres que seguem nos inspirando como símbolos de resistência na luta pela liberdade.

Esse Brasil é patriarcal e racistamente ocultado pela história dominante oficial, mas ao mesmo tempo, é um Brasil pungente na sua realidade desigual. Um Brasil oculto pelos mitos e ideologias dominantes que invisibilizam as mulheres e populações originárias, além de mistificar uma suposta democracia racial. Um Brasil pungente pelas determinações estruturais do racismo e do patriarcado fundidos ao sistema capitalista, que fazem gritar a desigualdade social, as violências, explorações e opressões. É desse Brasil pungente que também nascem as Aqualtunes, Acotirenes, Adelinhas, Luizas Mahin, Dandaras, Teresas de Benguela, Marielles. É nesse Brasil pungente, real, que as mulheres teimam em (re)existir⁸.

Conclusões

A análise da história da formação brasileira sob uma perspectiva feminista, antirracista e materialista é uma tarefa coletiva a ser construída, em uma perspectiva de totalidade. Tem-se retalhos e fragmentos dessa história hegemonicamente contada por homens brancos. Tracei neste artigo apenas algumas reflexões e chaves analíticas que me parecem importantes para recontar a história da formação brasileira, desocultando um pouco do Brasil colonizado que teima em se reinventar com a reprodução do mito da democracia racial e a invisibilização das mulheres negras e indígenas.

Destaco como conclusão, na verdade, uma premissa que orientou toda a construção deste artigo: o racismo e o patriarcado se combinam mutuamente, numa relação orgânica e dialética, numa simbiose que foi e é indispensável ao desenvolvimento desigual e combinado do capital.



A escravidão moderna, condição para o desenvolvimento capitalista nas metrópoles, não foi igual para os homens e as mulheres que foram escravizados(as). Pesou sobre os corpos das mulheres além da apropriação como mercadorias, a violência sexual, o estupro colonial, com propósito de não apenas satisfação sexual dos senhores e seus filhos, mas, também, a reprodução de mais força de trabalho, ou seja, novas mercadorias à disposição dos senhores escravistas. Em poucas palavras, “o patriarcado transformou as mulheres em “objetos de satisfação sexual dos homens, produtoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutora” (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

O processo de acumulação primitiva e de colonização, assentado no patriarcado e no racismo, não foram superados. Como elucida Silvia Federici:

[...] o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e mais traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e para ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas imposições – especialmente a divisão entre homens e mulheres – que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta (2017, p. 119).

No Brasil, foi sobre os corpos das mulheres negras e indígenas que a violência colonial, patriarcal e racista se estabeleceu de forma mais aviltante. É esse o Brasil pungente, que dilacera e massacra os corpos de mulheres, especialmente, das negras e indígenas. Ao mesmo tempo, temos um Brasil que oculta e invisibiliza as mulheres, ao mascarar a realidade por trás de ideologias racistas, como a do mito da democracia racial.

As relações raciais, patriarcais e de classe determinam, dialeticamente e estruturalmente, uma formação socioeconômica fundada na hierarquização, na divisão e na exploração por meio das relações desiguais de raça, classe e entre sexos. Por isso, é impossível analisar criticamente a formação brasileira sem considerar as particu-

laridades do sistema patriarcal-racista-capitalista que determinam as violências, desigualdades, explorações e opressões que ainda se perpetuam na atualidade do país.

Referências

ÁVILA, Maria Betânia. As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife. Ano V, n. 4, dez. 2011.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pôlen, 2019.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.15, n.2, jun./dez. 2000.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla e INAEL, Fernanda. Vozes de resistência no Brasil colonial: o protagonismo de mulheres negras. In: **Revista Katálysis**, 2022, v.25. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84661/48773>

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

Cisne, Mirla. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe** – mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Cristine. “Patriarcado”. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Editora Elefante, 2017.

FERNADES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GONZALEZ, Lélia. In: RIOS, Flávia e LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – 10. ed., 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LUKACS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social** II. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta. **Ruy Mauro Marini**: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I, tomo II. São Paulo: Abril Cultural, [1987] 1984.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio. In: **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016. Cap. 5, p. 83-92.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: EDITORA PAZ E TERRAS/A, 1978.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf> Acesso em: 17 ag. 2023.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

TABET, Paola. "Las manos, los instrumentos, las armas". In: FALQUET, Jules e CURIEL, Ochy (orgs.) **El patriarcado al desnudo: tres feministas maerialistas**: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. [Publicado originalmente em 1979, na **Revista L'Homme**, XIX, 3-4 ("As categorias de sexo em Antropologia social"), julho-dezembro].

Notas

- 1 Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris 7, França e Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM) e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa das Relações Sociais de Gênero e Feminismo (GEF). Email: mirlacisne@gmail.com. ORCID nº 0000-0002-4654-8464
- 2 Samba-enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba (G.R.E.S.), 2019. Estação Primeira de Mangueira do Rio de Janeiro – Histórias para ninar gente grande. Compositores: Danilo Firmino, Deivid Domênico, Mamá, Márcio Bola, Ronie Oliveira e Tomaz Miranda.
- 3 Texto original: “no es neutra, sino que orientada y assimétrica”.
- 4 Texto original: “las relaciones de clase entre los dos sexos, aún antes de las definiciones ideológicas que acompañan las tareas mismas (como por ejemplo la valorización de las actividades masculinas)”.
- 5 Disponível em <https://dossies.agenciapatriagalvao.org.br/violencia-em-dados/para-mais-da-metade-da-populacao-56-mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-estupro-do-pais/> Acesso em 01 de fevereiro de 2024.
- 6 Disponível em: <https://abrhsp.org.br/conteudo/noticias/desigualdade-social-e-o-mercado-de-trabalho-para-mulheres-negras/> Acesso em março de 2024.
- 7 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/mulheres-negras-recebem-48-do-que-ganham-homens-brancos>. Acesso em fevereiro de 2024.
- 8 Para um maior aprofundamento sobre a resistência das mulheres no Brasil colonial, ver Cisne e Inael (2022).